



**1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**  
**2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 09 DE JANEIRO DE 2003, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV:**  
**3 AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

**4** Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e três, realizou-se a reunião ordinária do Conselho  
**5** Municipal de Saúde, que teve início às 14:55 horas pelo presidente do Conselho, Paulo Roberto  
**6** Venâncio de Carvalho, com a leitura de pauta: 1 - Informes gerais; 2- Informes da mesa diretora;  
**7** 3 - Apreciação e votação da proposta de ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de  
**8** Saúde, realizada no dia 12/12/2002; 4 - Avaliação dos relatórios de Gestão e Financeiro da  
**9** Secretaria Municipal de Saúde referente ao ano de 2001; 5 - Resolução sobre o Decreto 4327/02  
**10** que fala sobre o atendimento na área de saúde pelas instituições filantrópicas; 6- Assuntos  
**11** gerais. Em seguida o conselheiro honorário Evaristo Garcia, inicia este ponto da pauta falando  
**12** sobre a questão da Alca em Minas Gerais, discutida no seminário sobre o “Futuro das Águas”,  
**13** realizado pela Assembléia Legislativa e sobre o programa de combate à fome do governo Lula  
**14** lembrando que a solução para esta questão e o maior investimento na previdência social. A  
**15** conselheira distrital de saúde Brasilina, denuncia que desde 2001 a comunidade vem solicitando a  
**16** reforma e ampliação da UPA Norte, que está com o atendimento parcialmente paralisado devido  
**17** as condições físicas da unidade, cobra dos responsáveis uma atitude a este respeito e pede a  
**18** vista de uma comissão do CMS/BH ao local. O 1º Secretário do Conselho Paulo César Machado  
**19** Pereira, responde ao questionamento da conselheira, dizendo que as dificuldades em relação aos  
**20** espaços físicos das unidades, sejam elas na área de urgência ou nos centros de saúde, estão  
**21** sendo impulsionados e que a Secretaria Municipal de Saúde tem o conhecimento de todos estes  
**22** problemas sendo a maioria de grande necessidade e espera-se uma breve solução para os  
**23** mesmos e ainda uma maior participação da comunidade neste sentido para efetivação do  
**24** controle social. A participante Maria do Carmo, trabalhadora e conselheira local de saúde do  
**25** Centro de Saúde Venda Nova, também denuncia as más condições de conservação física em  
**26** que se encontra a referida unidade, que funciona há mais de vinte anos em um imóvel cedido  
**27** pelo CAC. O presidente do CMS/BH Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, comunica que na  
**28** próxima semana a mesa diretora do Conselho, juntamente com o Secretário Municipal de Saúde,  
**29** fará uma visita a estas unidades para verificar a real situação em que as mesmas se encontram  
**30** na tentativa de proporcionar um melhor atendimento à população. O conselheiro municipal de  
**31** saúde Hervécio Cruz, solicita aos membros do CMS/BH maior seriedade no cumprimento de suas  
**32** atividades para uma melhor representação desta gestão e apresenta à mesa diretora um  
**33** documento com propostas sobre o acompanhamento das atividades do Conselho, referente ao  
**34** conteúdo da linha 32 (trinta e dois) constante na ata da reunião ordinária do dia 12/12/2002. “Belo  
**35** Horizonte, 09/01/2003. À mesa diretora do CMS/BH. Prezados Senhores, Uma instituição deve  
**36** zelar pelo seu nome, principalmente quando, por deliberação do plenário, se compromete a  
**37** participar de eventos onde outras instituições parceiras, concorrentes ou de outra natureza  
**38** estejam envolvidas. Isto sob pena de cair no descredito perante a opinião pública. Proponho que  
**39** seja feito um Relatório de Atividades nos moldes dos elaborados pelos conselhos fiscais de  
**40** algumas organizações. Trata-se do FOLLOW-UP (acompanhamento), onde em todas as reuniões  
**41** são identificados os pontos pendentes e as tarefas agendadas dentro do período. Neste relatório  
**42** são identificados os responsáveis designados pelo plenário ou pela mesa diretora. É simples e  
**43** eficaz tendo em vista a identificação dos responsáveis e as conseqüências da participação ou não  
**44** nos eventos agendados, Sem mais, Hervécio Cruz. Conselheiro representante dos usuários.” O  
**45** conselheiro Hervécio relembra aos presentes a importância da delegação do CMS/BH, participar  
**46** da III edição do Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul. Em seguida,  
**47** a conselheira e coordenadora da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização do  
**48** CMS/BH Rosalina Fernandes, informa aos conselheiros a programação de pautas da citada  
**49** câmara para o mês de janeiro de 2003, e acrescenta que algumas datas ainda estão em aberto,  
**50** devido ao período de férias o que dificulta a convocação de algumas gerências da SMSA para  
**51** discussão dos temas pautados. A conselheira Maria de Lourdes, fala sobre sua preocupação com  
**52** a entrevista concedida pelo atual ministro da saúde, onde são colocadas questões referentes ao  
**53** atendimento no Sistema Único de Saúde, sobre a necessidade dos trabalhadores de esforçarem  
**54** para atender à população de uma forma mais humanizada, aumentando a consciência do usuário  
**55** em relação aos seus direitos e que atualmente o Ministério da Saúde tem proporcionado recursos



56 para resolver os problemas da saúde. A conselheira fala ainda da necessidade de se discutir de  
57 uma forma mais ampliada juntamente com o Conselho Nacional de Saúde este assunto. O  
58 presidente do CMS/BH Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, propõe encaminhar uma moção ao  
59 Conselho Estadual de Saúde, favorável a convocação do Conferência Nacional de Saúde, para a  
60 discussão destas questões. O 1º Secretário do CMS/BH Paulo César Machado Pereira, fala que a  
61 melhor alternativa para essa discussão seria alertar o Ministério da Saúde a este respeito e que a  
62 Conferência Nacional de Saúde, segundo informações oficiais será realizada no segundo  
63 semestre deste ano para aprovação do Plano Nacional de Saúde. O conselheiro Sebastião do  
64 Carmo, fala sobre a solicitação feita ao Distrito Sanitário Norte pela comunidade para ampliação e  
65 reforma do Centro de Saúde Guarani e ressalta a dificuldade para concretização deste projeto.  
66 Em seguida, o conselheiro Manoel de Lima expõe as dificuldades vividas atualmente pelos  
67 usuários da UPA Barreiro, devido ao espaço físico inadequado da unidade e solicita a visita de  
68 uma comissão do CMS/BH ao local. Cumprimenta ainda o conselheiro municipal de saúde e  
69 diretor do Hospital Sofia Feldman Ivo de Oliveira Lopes, pelo trabalho realizado no mesmo,  
70 observado na visita realizada por membros da CTCA à unidade e parabeniza o Hospital Júlia  
71 Kubtschek pelas atividades realizadas na Casa da Criança. O conselheiro João Athayde propõe  
72 maior estímulo ao trabalho dos conselhos distritais e das comissões locais de saúde para um  
73 acompanhamento mais efetivo das atividades dos centros de saúde, fortalecendo o controle  
74 social e ressalta a importância de um orçamento participativo para a saúde. O conselheiro  
75 Roberto Francisco, fala sobre a situação em que se encontra a instalação física do Centro de  
76 Saúde Venda Nova. O presidente do CMS/BH Paulo Roberto Venâncio de Carvalho passa para o  
77 próximo ponto de pauta que são os informes da mesa diretora. 1- Acontecerá uma reunião da  
78 mesa diretora com os coordenadores das câmaras técnicas do Conselho e com os presidentes  
79 dos Conselhos Distritais de Saúde, no dia 13/01/2003 às 14:00 horas para discutir o planejamento  
80 de estratégias para 2003; 2 – Informa sobre a III Conferência de Saúde do Hospital Júlia  
81 Kubtschek, que será realizada no dia 11/01/2003 de 08 às 18 horas; 3 – Informa sobre a  
82 proposta que será apresentada na segunda quinzena de fevereiro de transformação dos  
83 conselheiros capacitados no curso de capacitação de conselheiros municipais e estaduais de  
84 saúde do Nescon/Ministério da Saúde em capacitadores; 4 – O Cosems está questionando o  
85 governo do estado pelo não cumprimento da Emenda Constitucional 29, relativo a uma dívida de  
86 aproximadamente R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) acumulados em 2001/2002 para o Fundo  
87 Municipal de Saúde de Belo Horizonte. 5 - O presidente do CMS/BH Paulo Roberto, pede aos  
88 conselheiros que não se atrasem para as reuniões do plenário, visto que estes atrasos vem  
89 impedindo a mesa diretora de iniciar os informes no horário estabelecido, alterando todo o  
90 andamento das discussões e que por esse motivo o ponto de pauta que trata da apreciação e  
91 votação da proposta de ata da reunião ordinária do dia 12/12/2002, será realizada logo após a  
92 discussão da resolução sobre o Decreto 4327/02, em respeito aos convidados presentes. Logo, o  
93 presidente do CMS/BH Paulo Roberto, convida o presidente do Conselho Estadual de Assistência  
94 Social, Fernando Arães, o representante do Conselho Municipal de Assistência Social José  
95 Dantas e o representante da Gerência de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, Geraldo  
96 Herculano para comporem a mesa de discussão e dá uma breve explicação a respeito deste  
97 decreto. O presidente do Conselho Estadual de Assistência Social Fernando Arães, diz que no  
98 mês de novembro foi efetivada a resolução CEAS 007/02, que trata da inscrição nos conselhos  
99 municipal de estadual de assistência social, de entidades filantrópicas. Como na época em que o  
100 decreto foi publicado esta resolução já estava pronta, foi solicitada uma posição do Conselho  
101 Nacional de Assistência Social a este respeito. No mês de dezembro foi feita uma alteração na  
102 resolução, incluindo o novo decreto portanto, à partir deste ano o CEAS irá cumpri-la. Esclarece  
103 ainda os impactos e benefícios que este decreto terá nos municípios de Minas Gerais. Em  
104 seguida, o presidente do CMS/BH Paulo Roberto, passa a palavra para o representante da  
105 Gerência de Regulação da SMSA, Geraldo Herculano, que informa sobre a Portaria nº 2256 que  
106 fala dos hospitais que são declarados estratégicos não tendo que comprovar seu percentual de  
107 atendimento e cita o nome de algumas destas instituições em BH. O representante do Conselho  
108 Municipal de Assistência Social José Dantas, fala que o CMS e o CMAS tem discutido juntos esta  
109 questão e o Conselho de Assistência Social se preocupou com este Decreto logo após a  
110 solicitação de inscrição feita por três hospitais e lembrou os problemas enfrentados em 2001,



111 quando o Hospital André Luiz não foi inscrito pois o hospital não ofereceu 60% de seu  
112 atendimento ao SUS, surgindo então um movimento dos hospitais para a busca deste novo  
113 Decreto. O Conselho Municipal de Assistência Social tem o papel de inscrever as instituições  
114 como filantrópicas após o atestamento do Conselho Municipal de Saúde se o percentual de  
115 atendimentos da instituição foi superior ou não a 60%. A grande preocupação em relação a este  
116 Decreto é a possibilidade do aumento da carência da sociedade em relação ao atendimento  
117 público de saúde que já é grande com a meta de 60% e pode ser agravada se a instituição tiver a  
118 liberdade de atender apenas 20% ao SUS. Lembra ainda que na última reunião entre as mesas  
119 diretoras dos Conselhos de Assistência Social e da Saúde, ficou acertado que o CMS/BH faria  
120 uma resolução com o respaldo de uma outra resolução do CMAS, baseada no documento da  
121 saúde, mesmo com as dificuldades do fato deste Decreto ser federal. Em seguida, o presidente  
122 do CMS/BH Paulo Roberto, passa a palavra para o secretário municipal de saúde interino Ivan  
123 Batista Coelho que agradece a todos os conselheiros municipais de saúde pelos dois anos de  
124 convívio e discussão com conselheiro e informa a todos que está deixando a Secretaria Municipal  
125 de Saúde para contribuir em outros níveis do governo. Logo, o presidente do CMS/BH Paulo  
126 Roberto abre espaço para as intervenções dos conselheiros e participantes que se posicionaram  
127 na seguinte ordem: Sávio (CMAS), Roberto Francisco, Hervécio Cruz, Gilson, João Athayde,  
128 Fernando Arães, Sebastião do Carmo, Paulo César, Ivo Lopes e Maria de Lourdes. O presidente  
129 do CMS/BH Paulo Roberto, esclarece que o Conselho foi procurado pelo CMAS para discutir o  
130 Decreto nº4327 pois, são eles que devem fornecer o atestado após parecer do CMS e que esta  
131 não é uma discussão jurídica e sim política e esclarece que este decreto federal foi criado sem  
132 consulta ao Conselho Nacional de Saúde. A conselheira Rosalina concorda que deve-se  
133 aprofundar mais esta discussão pois, estas porcentagens favorecem umas cidades e outras não,  
134 aumentando o número de pacientes que vem do interior do estado a procura de atendimento na  
135 capital e concorda que o Conselho Municipal de Saúde deve enviar uma moção ao ministro da  
136 saúde solicitando a revogação do Decreto até que se discuta e avalie profundamente o mesmo. O  
137 representante do CMAS José Dantas, diz que a posição do Conselho de Assistência é que se  
138 faça uma resolução contrária ao Decreto e fala ainda sobre as conseqüências se nada for feito a  
139 este respeito. O presidente do CMS/BH Paulo Roberto, diz que a porcentagem de atendimento  
140 ao SUS de 60% é pré-requisito para toda instituição filantrópica e que este decreto pode afetar o  
141 trabalho de hospitais filantrópicos sérios. O representante da Gerência de Regulação da SMSA  
142 Geraldo Herculano, diz que deve-se fazer uma análise aprofundada e jurídica desta questão. O  
143 presidente do Conselho Estadual de Assistência Social Fernando Arães, explica como se dá  
144 tecnicamente a inscrição dos hospitais filantrópicos, acrescentando que uma resolução não pode  
145 se sobrepor a um Decreto Federal e o 2º secretário do CMS/BH Cléber das Dores, fala da  
146 importância do Conselho nesta discussão. O presidente do CMS/BH Paulo Roberto propõe como  
147 encaminhamento uma moção contrária ao decreto que deverá ser enviada ao Conselho Municipal  
148 e Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual e Nacional de Saúde, lembrando ser este  
149 uma posicionamento tomado também na XI Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e a  
150 formação de uma comissão para redigi-la que será formada pelos conselheiros Dorvalino Soares,  
151 Maria de Lourdes e Gilson Silva. Ficou decidido ainda a solicitação de um posicionamento jurídica  
152 e técnico da SMSA. Foram colocadas em votação pelo presidente do CMS/BH Paulo Roberto, as  
153 seguintes propostas: 1- conselheiros favoráveis a um posicionamento política do CMS/BH,  
154 contrários a resolução; 2 – conselheiros contrários a manifestação política. Foi aprovada pelo  
155 plenário a primeira proposta, de se fazer uma moção, sendo que dois conselheiros se abstiveram.  
156 Em seguida, o presidente do CMS/BH, passa para o próximo ponto da pauta que é a apreciação e  
157 votação da proposta de ata da reunião ordinária do dia 12/12/02. A conselheira Ana Maria pede  
158 que seja incluído na ata a solicitação de discussão do ato médico na próxima reunião do CMS/BH  
159 e o encaminhamento do mesmo às câmaras técnicas. A ata foi aprovada por unanimidade pelo  
160 plenário. Em seguida o presidente avança para o próximo ponto da pauta que é a apreciação dos  
161 Relatórios de Gestão e Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao ano de 2001. O  
162 1º secretário do CMS/BH Paulo César Machado Pereira, fala que será necessária a suspensão  
163 deste ponto de pauta pois, a Câmara Técnica de Financiamento já emitiu parecer referente ao  
164 relatório financeiro mas, a Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização não  
165 apresentou à mesa diretora e ao plenário o seu parecer referente ao relatório de gestão. Portanto,



**166** devido a necessidade que o SUS /BH tem de aprovação de suas contas e do seu relatório de  
**167** gestão, o 1º secretário propõe que este assunto seja ponto prioritário na pauta da próxima  
**168** reunião do CMS/BH para que a CTCA se empenhe na emissão desse parecer. A conselheira  
**169** Rosalina, informa que a CTCA já tem parecer sobre o relatório de gestão e que ele apenas não  
**170** foi votado, sendo várias vezes discutido nas reuniões da citada câmara técnica. Fala ainda que os  
**171** conselheiros receberam em casa um documento dizendo que aconteceu uma reunião da mesa  
**172** diretora do CMS/BH com a Secretária Municipal da Coordenação de Política Social Maria José  
**173** Vieira Féres e que o plenário tinha decidido que a Câmara Técnica de Financiamento participaria  
**174** desta reunião e em nenhum momento o documento cita a presença da mesma. O presidente do  
**175** CMS/BH Paulo Roberto, fala que esta discussão deve ser feita nas reuniões da CTCA e o 1º  
**176** secretário do CMS/BH, fala que tecnicamente não existe esse parecer sobre o relatório de  
**177** gestão. Em seguida o presidente do CMS/BH Paulo Roberto, passa para o próximo ponto da  
**178** pauta que são os assuntos gerais e fala que a principal discussão desse ponto será o III Fórum  
**179** Social Mundial. Ele esclarece sobre as inscrições da delegação do Conselho Municipal de Saúde  
**180** e como estão sendo realizadas as negociações com a SMSA e a Prefeitura para o levantamento  
**181** de recursos financeiros e providências quanto ao transporte dos conselheiros. A conselheira  
**182** Rosalina questiona as críticas feitas pela SMSA no relatório financeiro do 1º Semestre de 2002,  
**183** referente a não utilização dos recursos destinados ao CMS pois, a Gerência Administrativa  
**184** Financeira se contradiz ao alegar não existir recursos de financiamento, não só para a viagem à  
**185** Porto Alegre mas para outras atividades em que o Conselho necessita de dinheiro e que quase  
**186** sempre não é disponibilizado pela Secretaria. Falaram também os conselheiros: Zenith, Paulo,  
**187** Cléber, Ana Maria, Dorvalino, Maria Nazária e Gilson. Como a SMSA só poderá financiar a  
**188** viagem para vinte participante e trinta pessoas fizeram sua inscrição, sendo que dez não são  
**189** conselheiros municipais de saúde e alguns conselheiros não estavam presentes na última  
**190** reunião, fica então marcada uma reunião entre os conselheiros que querem participar do Fórum  
**191** para o dia 14/01/2003 às 14:00 horas para discussão desse impasse e por sugestão do 1º  
**192** secretário do CMS/BH Paulo César Machado Pereira, foi feita uma lista de suplentes para os  
**193** conselheiros que não se inscreveram na primeira lista. Inscreveram-se as seguintes pessoas:  
**194** Maria Nazária Souza Arruda, Vânia de Fátima Ferreira, Cléber das Dores de Jesus, Maria das  
**195** Graças Pereira, José Carlos Machado Silva, Cléa da Mata Carvalho, Terezinha Oliveira Rocha,  
**196** Iara Fernanda Balbino, Cássia Pereira Teodoro, Zenith Maria dos Santos, Eunice Rocha Sena,  
**197** Rosemary Baêta e Marta Auxiliadora Ferreira Reis. Estiveram presentes: Ana Maria, Célia de  
**198** Lélis Moreira, Cléa da Mata Carvalho, Cléber das Dores, Dorvalino Soares Silva, Gilson Silva,  
**199** Aliete Rangel, João Athayde, Jorge Lúcio, Manoel de Lima, José Laerte, Rosalina Fernandes,  
**200** Paulo César Machado, Paulo Roberto Carvalho, Rady Eddy, Ricardo Castanheira, Weber Avelar,  
**201** Romeu Pires, Rubens Barbosa, Hervécio Cruz, Elson Violante, Maria Cristina Ribeiro, Maria  
**202** Nazária, Geremias de Jesus, Ivo Oliveira, Maria Helena, Luiz Moraes, José Valentim, Maria de  
**203** Lourdes, Roberto Francisco, Sebastião do Carmo, Silvio Monteiro, Ester Braum, Albertina Alves,  
**204** Vânia de Fátima, Cristina Ribeiro. Justificou: Elina Santos. Às 18:20 horas, nada mais havendo a  
**205** tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será  
**206** assinada pelo presidente e secretário geral do Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 09  
**207** de Janeiro de 2003. LPM